

POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO EXTERNA PARA A GESTÃO EDUCACIONAL

Cristiane MACHADO¹

Resumo: Explorar as possíveis contribuições da avaliação externa para a gestão educacional, apoiando-se no percurso do SAEB até a criação da Prova Brasil e do IDEB e também na pesquisa nacional “Bons resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: estudo exploratório de fatores explicativos”, é o escopo desse artigo. Busca-se pontuar elementos para compreensão da trajetória da avaliação externa na educação básica, do SAEB e IDEB, conceituar e examinar as atribuições da gestão de sistemas e escolar. Finaliza, apoiando-se no percurso do SAEB até a criação da Prova Brasil e IDEB e na pesquisa nacional, tecendo assertivas sobre as possibilidades de contribuições da avaliação externa para a gestão educacional.

Palavras-chave: Avaliação externa. Gestão educacional. Gestão escolar

Introdução

A avaliação não é um tema inusitado para a gestão da educação, há tempos comumente compõe o cotidiano das escolas na forma de avaliação da aprendizagem, porém, mais recentemente ganhou visibilidade outra modalidade de avaliação educacional, a avaliação externa, gestada fora do ambiente escolar.

O contexto de expansão de iniciativas governamentais de avaliação externa tem seu marco na década de 1990, quando o governo federal transformou e ampliou o Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (SAEP), criado em 1987 (COELHO, 2008; BONAMINO, 2002) em Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB, criou o Exame Nacional de Cursos (ENC), em 1995 e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em 1998. Seguindo o governo federal alguns governos estaduais avolumaram esse movimento com a criação de seus próprios sistemas de avaliação do ensino fundamental, como os pioneiros Ceará (1992), Minas Gerais (1992) e São Paulo (1996).

O documento oficial de criação do SAEB (BRASIL, 1994) informa que o objetivo dessa ação, dentre outros, é fornecer informações sobre o desempenho e resultados dos

¹UNIVÁS - Universidade do Vale do Sapucaí – Pouso Alegre - MG – Brasil. 37550-000. Participante do Gepave – Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional – cristiane13machado@yahoo.com.br

sistemas educativos para gestores educacionais e de ensino, familiares dos alunos e sociedade de modo geral, expressando a necessidade do levantamento e coleta de dados para subsidiar as ações nos âmbitos da gestão da política educacional.

Nesses 20 anos de experiências com avaliações externas, estudos foram produzidos com a finalidade de buscar maior e melhor compreensão dos objetivos, propósitos e funcionamento das mesmas. Alguns pesquisadores articulam críticas sobre essas iniciativas (FREITAS, 2011; ARELARO, 2003), apesar disso, defendemos que as avaliações externas têm o potencial de colaborar com a gestão dos processos educacionais.

Os dados obtidos com as aplicações das avaliações externas possuem importantes informações para a análise da realidade educacional e a proposição de mudança e/ou fortalecimento de rumos e metas, principalmente após a criação da Prova Brasil, que foi incorporada ao SAEB, porém é uma prova censitária, enquanto aquela é amostral e é uma das bases, juntamente com as taxas de aprovação, para a formulação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Assim, este artigo tem a perspectiva de explorar as possíveis contribuições da avaliação externa para a gestão educacional, apoiando-se no percurso do SAEB até a criação da Prova Brasil e do IDEB e também na pesquisa nacional “Bons resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: estudo exploratório de fatores explicativos”, realizada em 2009 e 2010 e coordenada pelos Professores Romualdo Portela de Oliveira, Sandra Zákia Sousa e Ocimar Munhoz Alavarse da Universidade de São Paulo. Nele busca-se pontuar elementos para compreensão da trajetória da avaliação externa na educação básica; conceituar e examinar as atribuições da gestão na educação para, ao finalizar, tecer assertivas sobre as possibilidades de contribuições da avaliação externa para a gestão educacional.

Avaliação externa, SAEB e IDEB

Ao processo avaliativo do desempenho das escolas desencadeado e operacionalizado por sujeitos alheios ao cotidiano escolar damos o nome de avaliação externa. Várias são as formas de organização dos processos das avaliações externas e, em algumas experiências e/ou etapas, a participação de profissionais das escolas avaliadas pode ser contemplada, porém a decisão de implementar uma avaliação do desempenho das escolas é sempre externa a elas.

Em geral, é também uma avaliação em larga escala, abrange contingente considerável de participantes e pode fornecer subsídios para diversas ações e políticas educacionais. Freitas (2009, p.47) esclarece que, essa avaliação:

[...] é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar políticas públicas.

As iniciativas de avaliação externa foram fortalecidas e ampliadas no contexto das reformas educativas dos anos 1990 (OLIVEIRA, 2000) e vêm, cada vez mais, adquirindo centralidade na formulação das políticas educacionais em vários níveis (VIANNA, 2003). No Brasil, marco significativo nesse sentido foi transformação do Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (SAEP), criado em 1987 com o objetivo de avaliar o Programa de Educação Básica para o Nordeste Brasileiro, conhecido como Edurural (COELHO, 2008; BONAMINO, 2002), em Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1990, com o propósito de obter dados e informações sobre o sistema educacional brasileiro. O Ministério da Educação (MEC) delegou a organização, elaboração e execução da primeira aferição do SAEB, no mesmo ano de sua criação, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP).

Conforme o MEC, os objetivos do sistema de avaliação eram, segundo Pilati (1994, p. 15), regionalizar a operacionalização do processo avaliativo para possibilitar a gestão direta pelas instâncias locais; conhecer e construir parâmetros do rendimento dos alunos em relação às propostas curriculares; disseminar na sociedade ideias em relação à qualidade desejada e a obtida, considerando o conhecimento a ser democratizado, perfil e prática dos professores e diretores e construir uma base de dados sobre o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas, dentre outros.

Em 1995, o SAEB passou por uma revisão e formulou duas mudanças importantes. A primeira, dizia respeito aos seus objetivos, que passou a incluir análises dos alunos do ensino médio e da rede particular, incorporando levantamentos de dados sobre as características socioeconômicas, culturais e sobre os hábitos de estudo dos alunos e redefiniu as séries avaliadas por amostragem (COELHO, 2008). A segunda, em relação à metodologia das provas, com a inserção da metodologia avaliativa da Teoria de Resposta ao Item (TRI) para medir o desempenho dos alunos na trajetória das aferições dos resultados obtidos nas provas, possibilitando, segundo Sousa e Arcas (2010, p.182), “[...] comparações entre as diversas aplicações, criando-se, assim, uma série histórica, permitindo a elaboração de políticas públicas a longo prazo.”

Mudança importante, também, ocorreu em 2005, quando ao SAEB foi incorporada

outra avaliação, a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) – mais conhecida pelo nome de Prova Brasil, além da já existente Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEAB). Aplicadas a cada dois anos, as duas avaliações se complementam e possuem semelhanças e diferenças entre si. Podemos destacar como semelhança as provas, que são pautadas na aferição das habilidades dos alunos em língua portuguesa, com foco na leitura, e em matemática, com foco na resolução de problemas (BRASIL, 2012). Como diferença é relevante destacar o tipo de avaliação, que é amostral na ANEB (alguns alunos das séries avaliadas fazem a prova) e censitária na Prova Brasil (todos os alunos das séries avaliadas fazem a prova).

A consequência imediata dessa reformulação foi a geração e divulgação dos resultados dos desempenhos de municípios e escolas na avaliação da Prova Brasil, além dos dados já produzidos pelo SAEB (resultados dos desempenhos do Brasil, regiões e unidades da federação), que não possibilitava a identificação de municípios e/ou escolas nos dados disponibilizados pelo INEP. Nas palavras de Sousa e Lopes (2010, p.55) encontramos a seguinte análise sobre a necessidade de criação de uma avaliação como a Prova Brasil.

A avaliação amostral, com a qual as escolas e até mesmo os municípios nunca se identificaram, somada à necessidade de fazer da avaliação um instrumento de gestão para/das unidades escolares levou à proposição da Prova Brasil, cujos resultados estão disponíveis para cada uma das redes e para cada escola.

A criação da Prova Brasil possibilitou que o governo federal criasse, em 2007, o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, a partir da agregação dos dados obtidos nas avaliações com os dados das taxas de aprovação já existentes no Censo Escolar, com o objetivo de torná-lo “um indicador de qualidade educacional” (BRASIL, 2007, p.6). Na internet estão disponíveis todos dados que compõem o IDEB, por redes e escolas, referentes às aferições do IDEB dos anos de 2005, 2007, 2009 e 2011, assegurando as condições para a análise das séries históricas dos sistemas e de suas escolas.

Os dados coletados e divulgados pelo INEP podem servir como expressivas ferramentas para a gestão da educação, podendo desencadear outras etapas necessárias para a efetivação do processo avaliativo que são: a interpretação dos dados e o uso dos resultados no trabalho das escolas. Nesse sentido, a avaliação efetiva seu sentido e significado, assim descrito por Vianna (2005, p.16):

A avaliação não é um valor em si e não deve ficar restrita a um simples rito da burocracia educacional; necessita integrar-se ao processo de transformação do ensino/aprendizagem e contribuir, desse modo, ativamente, para o processo de transformação dos educandos.

As informações sistematizadas pela avaliação externa permitem as revisões necessárias no trabalho desenvolvido pela gestão educacional, seja de sistema e/ou de escolas e, para tanto, seus resultados devem ser utilizados na análise coletiva da realidade educacional e escolar e no direcionamento de ações e alternativas para enfrentar as complexidades inerentes à educação.

Gestão educacional: conceito e atribuições

A introdução do conceito de gestão na educação é relativamente recente. Gestão escolar é uma terminologia que foi estabelecida na educação no período da redemocratização política nos anos 1980. Tem suas origens no conceito “administração escolar”, significando também, comumente, conforme Paro (2000, p.123) “utilização racional dos recursos para a realização de fins.” Freitas (2007, p.502) aponta que o conceito gestão escolar surgiu no momento de crítica ao “caráter conservador e autoritário” da administração escolar para evidenciar “[...] seu compromisso com a transformação social e com a democratização do ensino e da escola.”

Distinto, embora complementar, do conceito de gestão educacional, gestão escolar diz respeito à organização das unidades educacionais, das escolas, enquanto gestão educacional refere-se à gestão dos sistemas educacionais em todos os níveis. Vieira (2007, p.61) esclarece que gestão escolar nos remete à “abrangência dos estabelecimentos de ensino”, enquanto a gestão educacional se situa no “espaço das ações de governo”.

A gestão educacional, como responsável pelas ações de governo no campo dos sistemas educacionais em todos os níveis, tem o objetivo de efetivar uma determinada política educacional. Vieira (2007, p.63) descreve a atuação da gestão educacional como aquela que dá sentido, operacionaliza e efetiva as políticas decididas pelos governantes, esclarecendo que:

No âmbito do sistema educacional há um significativo conjunto de atividades próprias da gestão educacional, a exemplo de orientações e definições gerais que dão substância às políticas educativas, assim como o planejamento, o acompanhamento e a avaliação.

A gestão escolar é composta, comumente, pelas funções de direção e coordenação. Esmiuçando essa temática Libâneo (2004, p.215-219) elucida que “[...] dirigir e coordenar são tarefas que canalizam o esforço coletivo das pessoas para os objetivos e metas estabelecidos.” O diretor, como o próprio nome sugere, “[...] é o dirigente e principal responsável pela escola, tem a visão do conjunto, articula e integra os vários setores.” O coordenador “[...] responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico-didático em ligação direta com os professores, em função da qualidade do ensino.” Para Koetz (2010, p.166), o diretor tem, ainda, o papel de

[...] procurar mecanismos que possibilitem a superação dos obstáculos, muitos decorrentes da própria estrutura e organização dos sistemas de ensino e das unidades escolares, bem como dos conflitos gerados pela diversidade cultural existente no cotidiano escolar.

Cabe, também, à gestão escolar a tarefa de compilar os dados relevantes para o contexto da escola em que atua e que são disponibilizados publicamente pelos sistemas de avaliação externa, e colocá-los à disposição dos profissionais que trabalham nas escolas como também aos pais, como forma de socializar o desempenho dos seus filhos nas provas.

Em outro estudo, Libâneo (2006) sugere seis áreas de atuação e organização do trabalho da gestão escolar, que devem ser tratadas de forma articuladas entre si: 1) planejamento e projeto político; 2) currículo; 3) ensino; 4) práticas administrativas e pedagógicas; 5) desenvolvimento profissional e 6) avaliação institucional e da aprendizagem. Sendo que as três primeiras referem-se às “finalidades” da escola, as seguintes aos “meios” e a última à análise sobre “os objetivos e os resultados”. As áreas descritas pelo autor compõem, ao mesmo tempo, o âmbito e o foco da atuação da gestão no processo educativo escolar.

Diversos e complexos são os desafios enfrentados pela gestão educacional e, principalmente, pela gestão escolar. A valorosa, porém lenta, conquista de 98% das crianças de 07 a 14 anos no ensino fundamental em 2009, segundo dados do IBGE², impele a escola a enfrentar as mais variadas ordens de dificuldades para executar satisfatoriamente seu papel social na sociedade democrática de criar as condições para que os professores ensinem todos os seus alunos.

Nesse sentido, estabelecer prioridades, decidir ações, mediar soluções pedagógicas, ordenar problemas, apaziguar conflitos, dentre outros, sem perder de vista a “utopia” (PARO,

²Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

2008) da educação que desejamos, estão na pauta do cotidiano dos profissionais que fazem da gestão da educação em todos os níveis. Mais do que nunca o foco na organização do trabalho é imperativo.

Para tanto, é imprescindível dispor de dados e informações que possam respaldar as análises e avaliações educacionais, subsidiar tomadas de decisões, mediações pedagógicas e proposições de ações. Os dados coletados e disponibilizados pelo INEP, quando apropriados pelo gestor do sistema, diretor e coordenador de escola, podem contribuir para a reflexão sobre todas as áreas de atuação da gestão educacional, mas devem, principalmente, servir à apreciação sobre a efetiva condução da educação e da escola na realização da sua função social na sociedade democrática, que é garantir o ensino-aprendizagem para todos os seus alunos.

Avaliação externa e gestão educacional: possibilidades

Desde a sua constituição inicial como avaliação externa da educação básica em 1990, o SAEB, teve o objetivo de reunir e sistematizar informações sobre o sistema educacional brasileiro para possibilitar aos gestores educacionais elementos que permitissem o conhecimento da realidade da educação pública em todos os níveis.

As iniciativas de criação da Prova Brasil e do IDEB, em 2005, aprofundaram esse propósito da avaliação externa ao avaliar todos os alunos e produzir indicadores de desempenho das redes e escolas, respectivamente, possibilitando a disponibilização de dados para uma leitura mais acurada de cada contexto educacional e ampliando as contribuições para a gestão da educação.

Passados sete anos, o IDEB produziu quatro aferições (2005, 2007, 2009 e 2011), viabilizando dados para análises das séries históricas dos sistemas e das escolas em relação ao desempenho dos alunos em língua portuguesa e matemática e também à progressão das taxas de aprovação nos períodos. Com esses elementos é possível vislumbrar a tendência de crescimento ou refluxo dos resultados para, em conjunto com o cotejamento das ações empreendidas no período, proceder uma coerente avaliação da educação que temos e da educação que queremos.

A pesquisa nacional intitulada “Bons resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: estudo exploratório de fatores explicativos” evidenciou relevantes contribuições da avaliação externa para o desenvolvimento do trabalho da gestão educacional. Foi desenvolvida a partir de 2009, abarcou vinte municípios do estado de São Paulo com pelo

menos 1.000 matrículas no ensino fundamental da rede municipal que apresentaram os maiores resultados no índice para o ano de 2007, ou as maiores variações entre 2005 e 2007, para os anos iniciais do ensino fundamental, enfocando os fatores da política educacional que possivelmente explicariam os resultados obtidos por tais municípios.

Dois importantes estudos elaborados com base na pesquisa nacional mostraram significativas tendências sobre a relevância da avaliação educacional para a gestão e gestores da educação. O primeiro, conduzido por Sousa, Pimenta e Machado (2012) observou que, dos vinte municípios da amostra da pesquisa nacional, catorze municípios tinham, tiveram ou pretendiam ter seus sistemas próprios de avaliação. O segundo, dirigido por Alavarse e Machado (2012) revelou que seis municípios, da amostra inicial de vinte, apresentaram ampliação em todos os componentes do IDEB nas aferições de 2005, 2007 e 2009, desses, quatro possuíam sistemas próprios de avaliação externa das escolas.

A pesquisa nacional coletou informações sobre a política educacional de várias formas, inclusive entrevistando os profissionais das secretarias de educação dos municípios. Os secretários entrevistados afirmaram utilizar os dados das avaliações externas no acompanhamento do desempenho das escolas, na análise de suas necessidades educacionais e na aprendizagem dos alunos, para repensar as ações pedagógicas e detectar os problemas de aprendizagem enfrentados nas escolas da rede municipal de educação. As equipes técnicas destacaram que a partir dos dados coletados é possível ver como está a educação no município e planejar ações. Esses depoimentos sinalizam contribuições primordiais da avaliação externa para a gestão educacional e escolar.

Investigação coordenada por Alavarse e Machado (2012, não paginado) também detectou contribuições da avaliação externa para a gestão:

Observamos nos municípios pesquisados um movimento que articula a avaliação externa com iniciativas para repensar e planejar as ações pedagógicas, tanto as que dizem respeito à política educacional, quanto às referidas a cada escola, na perspectiva da elaboração e uso de resultados das avaliações mais participativas.

E continuam os autores afirmando que, nos municípios pesquisados

[...] as avaliações são postas como subsídios para se repensar as políticas e práticas pedagógicas com foco nas funções diagnóstica e formativa da avaliação educacional. Tais funções destacam o fato de que testes ou provas não se configuram como avaliação, mas, sim, são instrumentos e procedimentos que favorecem a avaliação.

Cabe ressaltar que aos resultados da Prova Brasil e do IDEB podem ser acrescentados outros dados e informações produzidos pelas redes e escolas com o objetivo de operacionalizar uma avaliação mais global, de caráter institucional. “A avaliação institucional é um processo de apropriação da escola pelos seus atores.” (FREITAS, 2009, p.36) que, com certeza, é muito mais ampla e não se resume ao desempenho dos alunos em língua portuguesa e matemática.

Alavarse e Machado (2012, não paginado) ressaltam, ainda, o fato das avaliações externas analisadas no estudo propiciarem a inclusão de outros segmentos da sociedade que constantemente são objeto da avaliação, quase nunca sujeitos do processo, possibilitando, assim, arrefecimento nas objeções em relação ao processo avaliativo e parceria na responsabilização de seus resultados:

Outro ponto de fundamental importância tanto para a política local, quanto para a própria aceitação e validação da avaliação externa é a participação de outros segmentos envolvidos no processo educativo nos desenvolvimentos dos elementos acima descritos. Profissionais lotados nas Secretarias de Educação, gestores escolares, professores, pais e alunos são chamados a participar de todo o processo de avaliação, se apropriando do espaço e da discussão. Se apoiando no desenvolvimento do processo coletivo de ação-reflexão-ação, inserindo atores que tradicionalmente ocupam o papel de objeto e não sujeito da avaliação externa e, com isso, reconhecendo a importância deles como interlocutores da gestão educacional, sustentando transformações até mesmo nas relações de poder e subordinação existentes. Desta maneira diminui-se fortemente a resistência a aceitação dessas políticas de acompanhamento educacional e torna todos os agentes corresponsáveis pela sua implementação.

Desta forma, avaliação se torna um mecanismo de análise e acompanhamento coletivo do trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação e de participação de todos os envolvidos no processo educativo na elaboração de metas a serem alcançadas.

Para a gestão escolar o INEP disponibiliza, ainda, outro recurso com base nos resultados da Prova Brasil, que são os boletins com os dados consolidados por escola. Neles, é possível visualizar a distribuição quantitativa dos alunos da escola que fizeram as provas nos níveis de desempenho alcançados. Nesse sentido, uma investigação criteriosa, por parte da gestão escolar em conjunto com os professores, sobre os fatores que podem estar associados a essa diversidade de distribuição em níveis de desempenho de um mesmo grupo de alunos que, teoricamente, é submetido ao estudo de um mesmo conteúdo é imprescindível. Situações como rotatividade de professores e/ou alunos, mudanças na gestão, ausência de clareza, por parte dos profissionais, do projeto pedagógico e das metas da escola, insistência no

desenvolvimento de metodologias repetitivas, conteúdos voltados para o aluno ideal e não real, alterações drásticas na organização do cotidiano escolar, como a implantação do ensino fundamental de nove anos, por exemplo, podem ser elementos desencadeadores dos resultados da escola. Além disso, a pesquisa de Franco (2007, p.277) sobre “qualidade e equidade em educação”, que investiga “características escolares promotoras de eficácia e de equidade intraescolar”, pode contribuir sobremaneira com esse desafio de explorar os elementos explicativos dos resultados da escola, principalmente quando observados na série histórica das aferições da escola.

Averiguações rigorosas sobre os resultados da escola, a partir do cotejamento dos dados desagregados do IDEB com as práticas pedagógicas desenvolvidas, podem fazer a diferença para a escola cumprir seu papel de ensinar todos os seus alunos. Em outro estudo (MACHADO, 2012), pontuei que:

Utilizar os resultados das avaliações externas significa compreendê-los não como um fim em si mesmo, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos.

As funções da gestão escolar, de direção e coordenação, podem ser efetivadas quando os elementos da realidade escolar são evidenciados e socializados com os profissionais da educação para amalgamar o trabalho coletivo na direção da concretização de uma escola pública democrática que, além de ser para todos, também ensina a todos. Nesse sentido, assertividade e clareza na definição da escola que queremos e no ser humano que vislumbramos formar devem ser a essência da atuação da gestão educacional e o horizonte da sua organização.

As avaliações externas como examinadas aqui, fornecem dados que, se apropriados de forma consistente pelos gestores educacionais, podem revigorar os contornos da escola pública que realiza a sua função social na sociedade democrática de garantir o ensino-aprendizagem para todos os seus alunos. Porém, a avaliação externa das redes e escolas e a reflexão sobre suas realidades devem ser tomadas como o ponto de partida para a trajetória da escola rumo à sua avaliação institucional, que não pode prescindir de uma autoavaliação cuidadosa e comprometida.

Essas são algumas oportunidades reflexivas que evidenciam possíveis contribuições da avaliação externa para a gestão educacional. Com base nos dados gerados e disponibilizados

pela avaliação a gestão educacional pode empreender a efetivação da política educacional do município e a gestão escolar pode ter elementos para lançar luzes sobre o trabalho que é realizado com o objetivo de avaliá-lo nas reuniões pedagógicas e no cotidiano da escola. Esses movimentos, certamente, propiciarão objetividade no estabelecimento de prioridades para a continuidade e fortalecimento das políticas educacionais que subsidiem ações coletivas e participativas que apontem na direção da constante construção de uma educação pública de qualidade.

POSSIBLE CONTRIBUTIONS OF EXTERNAL ASSESSMENT FOR MANAGEMENT EDUCATION

Abstract: Explore the possible contribution of external assessment for management education, relying on the path to creating SAEB Proof of Brazil and also in research and IDEB national “Bons resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: estudo exploratório de fatores explicativos”, is the scope of this article. Looking to score elements for understanding the trajectory of the external assessment in basic education, SAEB and IDEB and conceptualize and examine the tasks of management and school systems. Finishes, leaning on the path to creating SAEB Proof of Brazil and IDEB and national research, weaving statements about the possibilities of contributions of external assessment for management education.

Keywords: External evaluation. Educational management. School management

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, O. M.; MACHADO, C. **Impactos e desafios da avaliação externa para as redes e escolas**. 2012. Trabalho apresentado na Mesa Redonda do II Congresso Nacional de Avaliação Educacional - CONAVE. 24 a 26 setembro 2012, Bauru, 2012.

ARELARO, L. R. G. Direitos sociais e políticas educacionais: alguns ainda são mais iguais que outros. In: SILVA, S.; VIZIM, M. (Org.). **Política pública: educação, tecnologias e pessoas com deficiências**. Campinas: Mercado das Letras, 2003. p.13-36.

BONAMINO, A. C. **Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Portaria n. 1.795, de 27 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 dez. 1994. Seção 1, n. 246, p.20.767-20.768.

INEP. **Nota técnica: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb**. 2007. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2012.

COELHO, M. I. M. Vinte anos de avaliação da educação básica no Brasil: aprendizagens e desafios. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.59, p.229-258, abr./jun. 2008.

FRANCO, C. et al. Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de fatores intra-escolares. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v.15, n.55, p.277-298, abr./jun. 2007.

FREITAS, D. N. T. Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v.28, n.99, p.501-521, maio/ago. 2007.

FREITAS, L. C. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnismo. SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 3., 2011, Campinas. **Apresentação...** Campinas: Cedes-Unicamp, 2011. p.1-35.

_____. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis: Vozes, 2009.

KOETZ, C. M. Atuação da equipe diretiva e avaliações em larga escala: em busca de uma gestão democrática da escola pública. In: WERLE, F. O. C. (Org.) **Avaliação em larga escala: foco na escola**. Brasília: Liber Livro, 2010. p.162-187.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, C. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista @mbienteducação**, São Paulo, v.5, n.1, p.70-82, jan./jun. 2012. Disponível em: http://www.cidadesp.edu.br/old/revista_educacao/index.html. Acesso em: 03 out. 2012.

OLIVEIRA, R. P. Reformas educativas no Brasil na década de 90. In: OLIVEIRA, R. P.; CATANI, A. M. (Org.). **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.77-94.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2008.

_____. **Administração escolar: introdução crítica**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PILATI, O. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.11-30, 1994.

SOUSA, S. M. Z. L.; ARCAS, P. H. Implicações da avaliação em larga escala no currículo: revelações de escolas estaduais de São Paulo. **Educação: teoria e prática**, Rio Claro, v.20, n.35, p.181-199, 2010.

SOUSA, S. M. Z. L.; LOPES, V. V. Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades. **Revista Adusp: dossiê educação no Brasil**, São Paulo, n.46, p.53-59, jan. 2010.

SOUSA, S. M. Z. L.; PIMENTA, C.; MACHADO, C. Avaliação e gestão municipal da educação. **Estudos em Avaliação Educacional**. v.23, n.53, p.14-36, set/dez. 2012.

VIANNA, H. M. Avaliações Nacionais em Larga Escala: análises e propostas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n.27, p.41-76, jan./jun/2003.

_____. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.23, n.1, p. 53-69, jan-abr/2007.